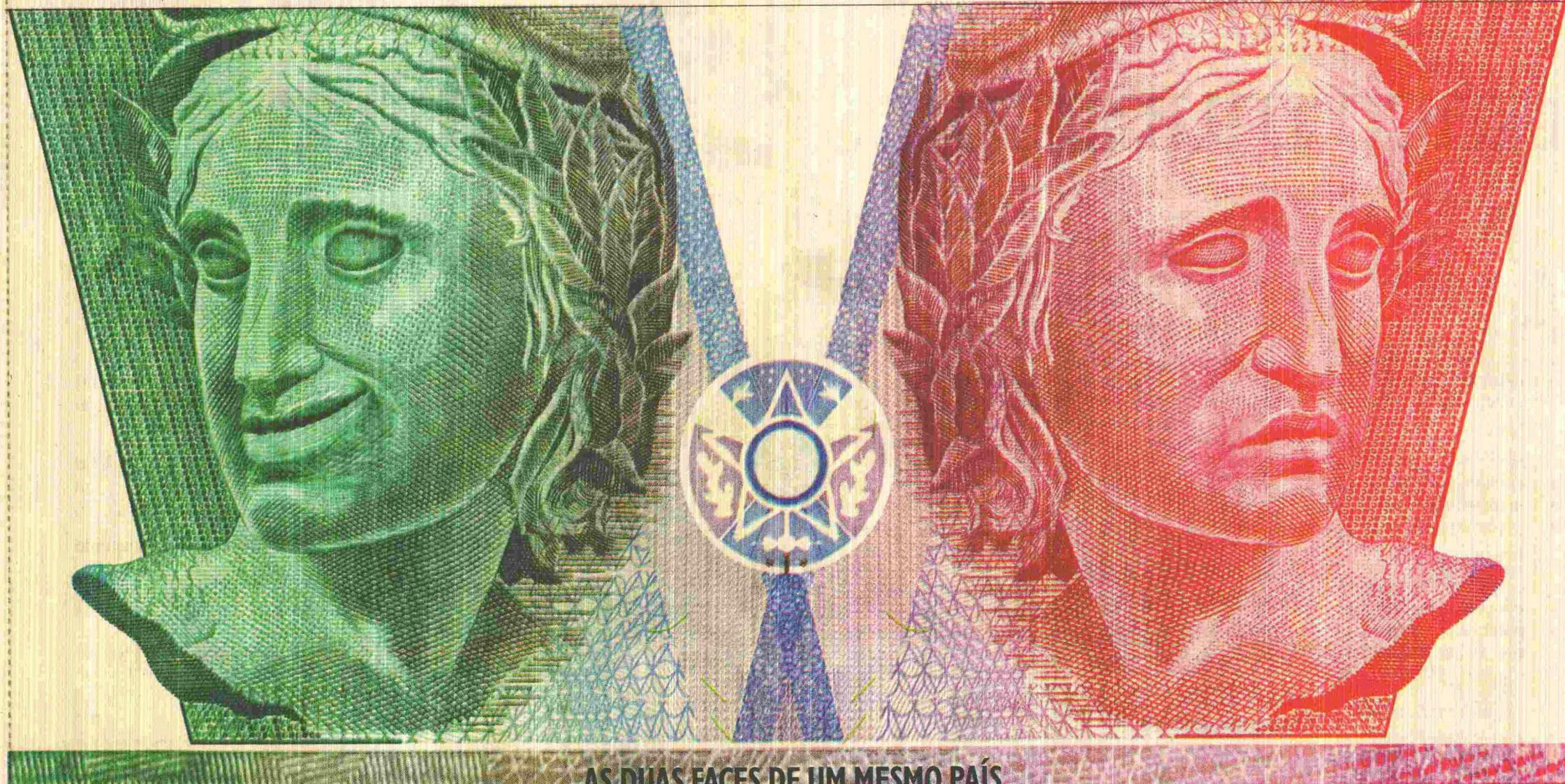


10 ECONOMIA

Economia Brasil

BOLSAS	BOVESPA	C-BOND	DÓLAR	EURO	OURO	CDB	INFLAÇÃO
Na sexta (em %) +1,14 São Paulo +0,02 Nova York	Índice da Bolsa das Valores de São Paulo nos últimos dias (em pontos) 18.620 18.611	Titular da dívida externa brasileira, na sexta 0,89 (▲1,78%)	Comercial, venda, sexta-feira (em R\$) 3,092 (▼1,34%)	Últimas cotações (em R\$) 07/maio 3,06 10/maio 3,14 11/maio 3,07 12/maio 3,14 13/maio 3,13	Turismo, venda (em R\$) 3,743 (▼1,16%)	Onça troy na Comex de Nova York (em US\$) 376,40 (▲0,48%)	Prefeito, 31 dias (em % ao ano) 15,61



AS DUAS FACES DE UM MESMO PAÍS

A NAÇÃO DOS ELOGIOS

Austeridade fiscal — O governo surpreendeu os investidores ao ampliar o superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB. Lula não cedeu às pressões populistas por mais gastos públicos.

Contas externas — As transações correntes do Brasil com o exterior saíram de um buraco superior a US\$ 25 bilhões em 2000 para um superávit de US\$ 4 bilhões no ano passado.

Balança comercial — As exportações deverão superar as importações em US\$ 28 bilhões neste ano, reduzindo a necessidade de financiamento externo do país e diminuindo a pressão sobre o dólar.

Reformas — Lula conseguiu aprovar, mesmo com uma base parlamentar frágil, as reformas tributária e da Previdência.

Controle da inflação — A estabilidade dos preços é visível. A inflação, que no final de 2002 apontava para um índice anualizado de 30%, ficou em 5,3% nos últimos 12 meses.

A NAÇÃO DA CRISE

Dívida pública — A relação da dívida líquida do setor público saltou de 48,8% para 57,4% do PIB nos últimos quatro anos. Quase 80% da dívida estão indexados ao câmbio e a juros diários.

Marco Regulatório — O governo dá sinais difusos na definição das regras para investimentos. O Congresso ainda não aprovou o projeto que reformula as agências reguladoras. Os projetos de reformas pararam.

Falta de Investimentos — Os empresários não investem no aumento da produção por causa dos juros altos, da pesada carga tributária, de regras frágeis e da falta de perspectiva de crescimento econômico.

Desemprego — A lentidão com que o país está retomando a produção não tem sido suficiente para alavancar o mercado de trabalho. O desemprego recorde e a renda em baixa estimulam a violência.

Fuga de capital — Os investidores estrangeiros estão cada vez mais avessos ao risco, preferindo o porto seguro dos EUA. O volume de capital para projetos produtivos caiu a um terço do registrado há três anos.

POLÍTICA ECONÔMICA

País que debelou a inflação e mantém austeridade fiscal é elogiado pelo FMI e pelo Tesouro americano. Mas dívida pública alta e incapacidade governamental de fortalecer o desenvolvimento afastam investidores

Os dois Brasis



BARROS: GOVERNO FEDERAL PRECISA TOCAR BOA MÚSICA PARA OS EMPRESÁRIOS

VICENTE NUNES

DA EQUIPE DO CORREIO

Na última semana, o governo esforçou-se para desvincular o Brasil das turbulências que sacodem o mercado internacional, provocadas pela perspectiva de alta dos juros nos Estados Unidos. "Estamos muito mais fortes para enfrentar choques externos", disse o ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Para endossar o discurso governamental, o novo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Rodrigo Rato, e o secretário do Tesouro dos Estados Unidos (EUA), John Snow, não pouparam elogios à política econômica do país.

No mercado financeiro, a semana foi turbulenta. O sobe-e-desce dos principais indicadores mostrou uma economia frágil, com alto risco para os investidores. O dólar chegou a valer R\$ 3,15. A Bolsa foi ao fundo do poço com queda acumulada de mais de 10%. O risco-país rompeu a barreira dos 800

pontos. Os C-Bonds, títulos da dívida externa mais negociados lá fora, foram cotados no menor patamar em um ano. Não basta isso, o Tesouro Nacional foi obrigado a suspender todos os leilões de títulos públicos por falta de compradores.

Quem analisar os parágrafos acima vai se perguntar: como pode um país mostrar tantas discrepâncias? "As respostas não são simples", afirma o economista-chefe da Consultoria Global Station, Marcelo Ávila. Segundo ele, Palocci e o FMI estão certos quando dizem que o país avançou em vários aspectos desde o início de 2003, sobretudo nas contas externas. Por outro lado, os investidores ainda têm motivos consistentes para temer uma eventual crise brasileira (leia quadro).

Balança salvadora

No Brasil dos elogios, o ponto marcante é a virada no comércio internacional. Depois de longo período no vermelho, a balança comercial registrou superávit em

US\$ 24,8 bilhões em 2003, devendo saltar para US\$ 28 bilhões este ano. Por isso, as transações correntes com o exterior (entrada e saída de dinheiro), que computavam rombo de US\$ 25 bilhões há quatro anos, tiveram saldo positivo superior a US\$ 4 bilhões em 2003 e devem repetir resultado muito próximo neste ano. Com essa virada, o Brasil reduziu significativamente sua necessidade de financiamento externo. E mais: os recursos trazidos pelas exportações mantiveram a cotação do dólar próxima de R\$ 2,90, um alívio para a inflação.

Ao mesmo tempo, o governo manteve a austeridade fiscal. O superávit primário (receitas menos despesas, excluindo gastos com juros) passou de 3,75% para 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB). No Congresso, mesmo com base de apoio instável, o Palácio do Planalto conseguiu aprovar as reformas tributária e da Previdência do setor público. Com a estabilidade macroeconômica, o governo deu a entender que 2004 seria

o ano de iniciar o crescimento sustentado. "Criou-se um clima de euforia, a ponto de o risco Brasil cair para perto dos 400 pontos", lembra Fernando Barroso, diretor da Arbor Gestão de Recursos.

Pontos fracos

Desde meados de março, porém, quando o mercado passou a especular com a alta dos juros nos EUA, o porre de felicidade começou a se transformar em ressaca. A crise política deflagrada com o caso Waldomiro Diniz mostrou um governo quase sem rumo, com opiniões divididas sobre o ajuste fiscal e inerte para tocar projetos importantes. Para piorar, a tão esperada retomada do crescimento econômico não veio. A crise, então, mostrou suas garras. "Os investidores perceberam que os avanços obtidos pelo Brasil tinham estancado", ressalta Rafael Guedes, diretor-executivo da Fitch Atlantic Ratings. Assim, passaram a dar mais atenção às deficiências do país.

Um dos pontos questionados é

se o espetáculo da balança comercial continuará quando a economia voltar a crescer. "As importações ainda estão abaixo do pico registrado em 2000, quando o crescimento do PIB chegou a 4,4%", lembra o Diretor do Centro de Estudos de Relações Econômicas Internacionais da Unicamp, José Carlos de Souza Braga.

Nada, porém, incomoda tanto os investidores quanto o tamanho da dívida pública, alerta Ernesto Martinez Alas, responsável pela análise de risco do Brasil da agência de classificação Moody's. "Uma dívida líquida próxima de 60% do PIB é muito alta. No Brasil há o agravante de mais de 70% do endividamento serem compostos por títulos corrigidos pelo câmbio e pela variação diária dos juros. Qualquer subida do dólar ou dos juros impacta diretamente a dívida. Isso não é bom", destaca. Segundo ele, é justamente a dívida pública que mantém a classificação da Moody's para o Brasil em B2, indicador de país com alto risco de crédito.

Choque de credibilidade

Luciana de Sá, economista-chefe da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), afirma que o Brasil da crise só vai desaparecer quando o governo unificar o discurso, atacar deficiências que travam o desenvolvimento dos negócios e derrubar os juros reais para patamares próximos aos de países do primeiro mundo.

Economista-chefe do Bradesco, Octávio de Barros, diz que o ponto crucial para a redução das vulnerabilidades do país de forma mais consistente é o crescimento econômico. "Mas a retomada será puxada pelo setor privado. Para isso, no entanto, o governo terá de tocar uma boa música para o empresariado, emitindo sinais consistentes de respeito aos contratos e aos direitos da propriedade privada", destaca.

Na opinião de Carlos Eduardo Sobral, presidente do Forex Brasileiro, entidade que reúne os executivos do mercado de câmbio, o governo deve ainda trabalhar para reduzir a carga tributária, um forte inibidor para o desenvolvimento da produção e do consumo. Otimista, como manda o cargo, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, diz que "se houve um mal estar, já está passando. As incertezas vão se dissipar e o terreno ficará mais limpo". Tomara que ele tenha razão. (VN)